

## NACIONALISMO

# Porque é que a extrema-direita não vinga por cá?



A extrema-direita é residual em Portugal FOTO TIAGO MIRANDA

**As sondagens apontam para um crescimento dos partidos de extrema-direita um pouco por toda a Europa, mas Portugal parece continuar imune**

De vez em quando, o fantasma volta. E época de crise é época de assombração, certo e sabido. Numa altura em que as sondagens apontam para um crescimento dos partidos de extrema-direita um pouco por toda a Europa (em França, estima-se que a Frente Nacional de Marine Le Pen possa vir a conquistar 24% dos votos nas eleições europeias do final do mês), Portugal parece continuar imune ao fenómeno. Mas será mesmo assim? Ou, como alertava há dias, em entrevista ao jornal "i", o empresário Pedro Ferraz da Costa, "corremos o risco de um dia acordarmos e termos um partido de extrema-direita"?

Difícilmente: "Não há condições. Nem sociais nem políticas", assegura o politólogo José Adelino Maltez. Por um lado, porque o PCP substituiu essa extrema-direita: "É o partido mais nacionalista desde a queda do Muro, o que equilibra o sistema", afirma. Por outro, porque "no contexto da União Europeia, no que respeita à relação entre Estado e nação, somos o país mais estável" e isso impede a existência de um fator nacionalista.

Com a frontalidade que lhe é característica, o professor do ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa avança ainda:

“Em Portugal há mais reacionários do que fascistas. Sempre houve, mesmo durante o salazarismo. E os reacionários dão-se bem com o sistema”. Os “poucos” fascistas que há, diz, “são da categoria cobarde e hipócrita; têm-se dissolvido nos grandes partidos, preferem o jogo de cintura das sociedades influentes”. Para a extrema-direita vingar seria preciso ter “um grande apoio operário”, como sucede em França, algo que nunca viu por cá.

O seu colega do ICS, António Costa Pinto, admite que “o espaço dos valores” para o crescimento da extrema-direita até existe — “entre 15 a 20% da sociedade portuguesa expressam valores, como o euroceticismo e a defesa da soberania, que podem ser mobilizadores do eleitorado mais à direita” —, mas faltam “empresários políticos para isso, personalidades políticas fortes”. E não é a única razão: “O salazarismo não legou um partido neosalazarista” e a rutura de regime provocada pelo 25 de Abril ajudou ao “bloqueio” dos partidos de extrema-direita em Portugal.

### CDS, travão à direita

“O eleitorado português assumiu uma posição mais de esquerda do que de direita”, acrescenta e, desde 74, exceção feita ao BE, que “somos dominados pelos partidos que nasceram com a revolução”. Mesmo “o espaço político de crítica à UE há muito que é escorado, à esquerda, pelo PCP”. E depois, conclui ainda o politólogo do

ICS, “o CDS tem tido o papel de contenção da expansão à direita”, ao tomar nas mãos a defesa da causa soberanista ou dos antigos combatentes na guerra colonial.

O investigador Riccardo Marchi, que se especializou no estudo da direita portuguesa, vai no mesmo sentido: “A extrema-direita em Portugal nunca teve um líder”. E Paulo Portas, não sendo líder de um partido de extrema-direita, é o que mais preenche esse vazio: “Em momentos de campanha toca muitos pontos da extrema-direita — a segurança, o enriquecimento ilícito, o orgulho nacional —, sem cair no racismo ou na xenofobia” que, de resto, são temas difíceis de vender em Portugal, um país sem problemas de imigração. “É uma agenda de extrema-direita *soft*”.

Contrariando os que leem na herança do Estado Novo uma possível explicação para as dificuldades atuais de afirmação da extrema-direita, garante: “Quando um partido é credível, com uma agenda moderna de protesto, a história não é um entrave”. No seu livro “Império Nação Revolução”, de 2009, conclui: “O progressivo desaparecimento desta área nacionalista radical nos anos da transição e da democracia consolidada deve-se, não ao desaparecimento do regime autoritário, mas ao desaparecimento da causa primária do seu surgimento e mobilização: a luta integracionista pelo Império. Ou seja, não se trata de falta de sustento, mas de falta de causa”.

Coincide nesta observação com Jaime Nogueira Pinto. O empresário e professor universitário, assumido intelectual de Direita, reconhece no artigo “Direitas e nova direita no regime democrático” (que escreveu para a antologia coordenada por Riccardo Marchi, recentemente publicada, “Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas”) que “a questão de Portugal transeuropeu e do seu fim territorial era o denominador comum da direita, o ponto de unidade”. “Mais capaz de projetos idealistas e transcendentais do que da política do quotidiano”, a direita não encontrou, por isso, “uma base social de apoios” que — Nogueira Pinto ainda tem esperança — “a decadência destes quarenta anos talvez lhe acabe por trazer”.

Há umas semanas, em entrevista ao Expresso, o sociólogo António Barreto dizia: “Para o extremismo crescer são necessárias instituições, mobilização, vontade política, agitação, organização, capacidade de associação (...). Nós temos tão pouca sociedade civil e tão pouca vontade política que nem extrema-direita temos”. Pinto Coelho, líder do PNR, o único partido que reclama ocupar espaço na extrema-direita, vê as coisas por um prisma idêntico: “Não crescemos porque não temos acesso aos *media*, porque não temos meios financeiros e devido à idiosincrasia nacional que leva os portugueses a serem acomodados e politicamente corretos”. “A sociedade civil não se mexe a sério”, lamenta.

C.F.